



Entre João Pedro, Adelmir e Tuma, Quintanilha anuncia a decisão

Representações contra Renan não serão unificadas

A terceira e a quarta representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por suposta quebra de decoro parlamentar, vão tramitar separadamente. O presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha, decidiu ontem rever decisão de unificar as duas últimas representações, mas manteve Almeida Lima na relatoria de um dos processos. **Página 4**



Moreira/Moziz

Os senadores discutem proposta que acaba com o voto secreto

Plenário acolhe 16 acordos e autoridades

O Senado aprovou ontem as indicações de Luiz Antônio Pagot e de Paulo Lacerda para a direção geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), respectivamente. Também foram acolhidos 16 projetos de decreto legislativo referentes a acordos, tratados e convenções internacionais. **Página 3**

Aprovado novo modelo para custeio da saúde

Proposta aceita pela CAE ainda terá de ser examinada pela Comissão de Assuntos Sociais antes de seguir para a Câmara dos Deputados. Objetivo é repartir despesas entre União, estados e municípios

Uma proposta que viabiliza o financiamento da saúde pública e que é definida por seu autor, Tião Viana, como “o PAC do setor” foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Trata-se do projeto de lei complementar que regulamenta a Emenda Constitucional

29, a qual definiu, no ano de 2000, os percentuais mínimos a serem aplicados por União, estados, municípios e Distrito Federal em ações e serviços públicos de saúde. A CAE acolheu também projeto de Gerson Camata que limita a sustação de cheques com a intenção de se livrar da cobrança de dívida. **Página 7**

Senado lança o Portal do Orçamento

O Portal do Orçamento, espaço no *site* do Senado dedicado a detalhar informações sobre o assunto, foi lançado ontem. Renan Calheiros afirmou que a iniciativa dá mais transparência aos gastos públicos. **Página 2**

Jane Araújo



Agentes lutam por regulamentação de emenda

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu documento em defesa da regulamentação da Emenda Constitucional 51, que criou a carreira de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate a endemias, e de 15 outras reivindicações. **Página 2**

Parlamentares acompanham os agentes de saúde em audiência com Renan Calheiros: categoria apresenta reivindicações



Página da Casa na internet ganha mais espaço com informações detalhadas sobre o processo orçamentário que permite o acompanhamento de cada etapa pelos cidadãos



Renan (3º à direita) recebe os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento e outras autoridades para a cerimônia de lançamento

Senado lança Portal do Orçamento

A página do Senado na internet ganhou um espaço dedicado a detalhar informações sobre os orçamentos federais: o Portal do Orçamento. Ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao lançar o portal, afirmou que a iniciativa é mais um passo que o Senado dá para tornar mais transparente os gastos dos impostos recolhidos pela União.

No portal, as pessoas podem ter acesso, por exemplo, a detalhes de repasses de verbas federais para estados, prefeituras, entidades privadas e ONGs, e ao conteúdo das emendas feitas por

deputados e senadores. Não há senhas e o detalhamento informa até o número da conta bancária em que foi feito algum depósito. É possível ainda fazer pesquisas por áreas de interesse nos orçamentos federais desde o ano 2000.

O Portal do Orçamento foi preparado por três técnicos da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), orientados por consultores. Ele é abastecido com informações da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado (Conorf).

A execução do Orçamento é colocada na internet à medida

que os dados são disponibilizados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal. Também já está na página o projeto de lei do Orçamento de 2008 que o presidente Lula enviou ao Congresso no final de agosto. Nos próximos três meses estarão acessíveis as modificações que o Congresso deve fazer no Orçamento.

O portal oferece ainda aos interessados toda a legislação que trata do assunto desde 1827, e pode ser acessado no endereço http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado.

Frente pede a regularização dos agentes de saúde

A Frente Parlamentar de Apoio aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias entregou ontem a Renan Calheiros um documento em defesa da regulamentação da Emenda Constitucional 51, que criou essa carreira, e de outras reivindicações da categoria – entre elas, um piso salarial nacional e

a fixação de adicional de insalubridade e periculosidade.

Integrantes da frente parlamentar chegaram à Presidência do Senado acompanhados de vários agentes, vindos do país inteiro. Esses profissionais vinculados ao Programa de Saúde da Família, do Ministério da Saúde, enfrentam um impasse, visto que as prefei-

turas não regularizam sua situação funcional alegando dificuldades na interpretação da emenda. Hoje, estão em atividade 300 mil agentes. Muitos não têm sequer carteira de trabalho assinada.

O presidente do Senado comprometeu-se a levar o assunto ao governo, para que seja mais rapidamente solucionado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário analisa programação monetária

A sessão tem início às 14h. Entre os itens que trancam a pauta, encontra-se o projeto de decreto legislativo que aprova a programação monetária relativa ao segundo

trimestre e para o ano de 2007. Também está na agenda projeto que trata das competências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Isenção de Imposto de Renda para aposentados

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa, às 11h, projeto que concede isenção total do Imposto de Renda da Pessoa Física aos rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de 70 anos, ini-

ciando-se com isenção de 20% dos rendimentos aos 66 anos. A pauta da CAE inclui ainda requerimento de audiência para debater projeto sobre doação de tecidos e órgãos de quem manifestou tal desejo em vida.

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

Às 9h, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), em audiência sobre a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, debate as políticas e programas para a área com o secretário de Inclusão Social do

Ministério da Ciência e Tecnologia, Joe Carlo Valle; o subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa, Luiz Fernando Schettino; e o diretor da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, Nelson Simões.

Afastamento preventivo de senador

Entre as 17 proposições em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – que se reúne às 10h –, está o substitutivo a dois projetos de resolução que tratam do afastamento preventivo de senador de cargo que ocupe na Mesa ou em

comissão enquanto estiver em análise representativa que o sujeito à perda do mandato por quebra de decoro parlamentar. Também será analisado projeto sobre a capacitação de jovens em serviços de assistência técnica e extensão rural.

Infra-estrutura de transportes

A partir das 11h, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se para debater a logística e a infra-estrutura de transportes para o escoamento da safra agropecuária. Estão entre os

convidados o ministro Pedro Brito, da Secretaria Especial de Portos; e o consultor de Infra-Estrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Luiz Antônio Fayet.

CPI das ONGs

A reunião de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs ocorre às 11h, seguida da eleição do seu presidente e do vice. A CPI deve apurar a liberação de recursos públicos para ONGs e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips).

Emendas ao PPA

Emendas à proposta do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2008 a 2011 serão analisadas, a partir das 10h30, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), e das 11h30, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias, Papaléo Paes, Mão Santa e Antônio Carlos Valadares

Brasileiros negociarão com cautela composição de parlamento

Os parlamentares brasileiros decidiram ontem, durante reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, adotar uma postura cautelosa na negociação que definirá o número de vagas a que cada país terá direito no Parlamento do Mercosul.

Isso porque, caso fosse adotado de forma direta o princípio da representação popular, o número de parlamentares brasileiros seria

muito grande em relação ao dos outros integrantes do bloco.

Na atual fase de instalação do parlamento, a representação é igualitária. Cada um dos quatro países-membros conta com 18 parlamentares, e a representação da Venezuela, que ainda não possui direito a voto, com 16.

– Temos que tomar muito cuidado para que não se freie uma progressão lenta, mas que está

acontecendo – sugeriu o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

A comissão também aprovou requerimentos de Cristovam Buarque (PDT-DF) e Marisa Serrano (PSDB-MS) para a realização de audiências com os ministros da Educação, da Cultura, do Esporte e da Ciência e Tecnologia para discussão das ações de suas partas no processo de integração do Mercosul.



Cláudio Diaz, Mesquita Júnior e Matteo Chiarelli na reunião da Representação Brasileira

Fotos: Márcia Kalume

Plenário aprova autoridades e 16 acordos internacionais

Indicações de Luiz Antônio Pagot para o Dnit e de Paulo Lacerda para a Abin são acolhidas no mesmo em dia em que prossegue discussão de propostas que acabam com o voto secreto

Com a pauta destrancada após a votação de medidas provisórias na semana passada, o Plenário do Senado aprovou ontem diversas matérias, incluindo duas mensagens presidenciais com indicações para cargos públicos, 16 projetos de decreto legislativo ratificando textos de acordos internacionais e requerimentos solicitando providências diversas.

Os senadores aprovaram as indicações de Luiz Antônio Pagot para a direção geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) e de Paulo Lacerda para o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Além disso, foram discutidas três propostas de emenda à Constituição que tornam abertas as votações no Plenário da Casa em processos de cassação de mandato. A sessão deliberativa de hoje deve retomar a discussão dessas matérias.

Dnit e Abin

A indicação de Luiz Antônio Pagot, que recebeu 24 votos contrários e 2 abstenções, foi aprova-

da por 42 votos. A oposição era contrária à aprovação pelo fato de o indicado ter trabalhado no Senado como secretário parlamentar de Jonas Pinheiro (DEM-MT) e do então senador Blairo Maggi, entre 1995 e 2002, ao mesmo tempo em que era diretor-superintendente da Hermosa Navegação da Amazônia S/A, empresa do grupo empresarial de Maggi com sede em Itacoatiara (AM).

Já a indicação de Lacerda, ex-diretor-geral da Polícia Federal, teve apenas 9 votos contrários e 2 abstenções, sendo aprovada com 50 votos favoráveis

Acordos internacionais

Entre os 16 projetos de decreto legislativo (PDSs) referentes a acordos, tratados e convenções internacionais aprovados ontem, um se refere a acordo firmado entre Brasil e Portugal com o objetivo de facilitar a circulação de pessoas entre os dois países. Esse projeto (PDS 503/06), assim como os demais acolhidos, serão encaminhados à promulgação.

Logo após o encerramento da votação, o presidente da Comis-

são de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), destacou que a aprovação dos projetos esvazia a pauta do colegiado e insere o país em um cenário “confortável e tranquilo” na relação bilateral com nações amigas, tendo em vista que a demora na análise das matérias poderia provocar constrangimentos ao país.

Também recebeu aprovação o PDS 502/06, que aprova o texto da Convenção 178, relativa à inspeção das condições de vida e da atividade profissional dos trabalhadores marítimos, bem como o texto da Recomendação 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Foi aprovado ainda o PDS 4/07, que aprova o texto do acordo relativo à implementação da parte IV da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Foram acatados ainda acordos com os seguintes países: Bélgica, Croácia, Suriname, República Dominicana, Armênia, Turquia, Cuba (dois acordos), Moçambique e Romênia.

Exame de vetos marca discussão sobre as PECs do voto aberto

A conveniência do voto aberto para o exame de vetos presidenciais a matérias aprovadas pelo Parlamento foi o tema central da discussão em torno das propostas de emenda à Constituição (PECs) que instituem o voto aberto em deliberações do Senado, da Câmara dos Deputados e do Congresso. Durante a ordem do dia de ontem, transcorreu a segunda das cinco sessões de debates para apreciação das três PECs em primeiro turno.

Paulo Paim (PT-RS) – autor da PEC 50/06 –, Aloizio Mercadante (PT-SP) e Renato Casagrande (PSB-ES) foram os únicos a defender o voto aberto em todas as deliberações parlamentares.

Os demais senadores admitiram a mudança somente para a cassação de mandato parlamentar – como previsto na PEC 86/07, de Alvaro Dias (PSDB-PR) – e argumentaram a favor do voto secreto em algumas situações, especialmente o exame de vetos presidenciais.

– Nenhum veto seria derrubado com voto aberto porque as bases de apoio ao governo ficariam expostas – avaliou o

líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que também defendeu o voto secreto na indicação de ministros para os tribunais superiores, de forma a “dar mais conforto ao parlamentar”, já que esses ministros podem vir a julgar congressistas no futuro.

O líder do DEM, José Agripino (RN), disse concordar com Virgílio e lembrou a necessidade de quórum alto (metade mais um dos parlamentares de cada Casa) para derrubar vetos.

Paim argumentou que “o parlamentar não pode ter medo de derrubar veto a um projeto no qual votou de forma aberta”. Ele observou que em seus 21 anos de congressista viu apenas um veto ser derrubado, e ainda assim por acordo com o próprio Executivo.

Autor do substitutivo à terceira PEC em análise (38/04, do então senador Sérgio Cabral) aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que limita o voto aberto à cassação de mandato e à aprovação de chefe de missão diplomática permanente, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) também defendeu a votação secreta para os vetos do Executivo.



Na comissão, fiscais apontam trabalho degradante e Pagrisa denuncia falsificação

Comissão ouve auditor do trabalho e dirigentes da Pagrisa

A comissão externa que apura denúncia de trabalho escravo na empresa Pará Pastoril e Agrícola S/A (Pagrisa) ouviu ontem o auditor do Ministério do Trabalho Humberto Célio, o procurador do Ministério Público do Trabalho Antônio Luiz Fernandes e dirigentes da empresa.

Humberto explicou que, na diligência feita em julho, a Pagrisa foi multada devido às más condições oferecidas aos cortadores

de cana, que trabalhavam “em condições degradantes”. Segundo Fernão Zacaner, dirigente da empresa, o relatório da fiscalização contém documentos falsos, argumentando que a Pagrisa paga a maior remuneração *per capita* ao cortador de cana em todo o Brasil, além de oferecer plano de saúde, escola e alimentação adequada. Por sua vez, Fernandes disse que a empresa tem uma boa infraestrutura, mas confirmou as falhas

citadas no relatório, incluindo “servidão por dívida”.

Na reunião, Paulo Paim (PT-RS) destacou que a atuação da comissão pode caminhar apenas para o aspecto político, levando a questão à resolução da Justiça. Kátia Abreu (DEM-TO), relatora do colegiado, afirmou que esse tipo de caso pede a revisão das definições de trabalho análogo ao de escravo e de condições degradantes de trabalho.

Presidente do Conselho de Ética anuncia hoje qual representação ficará a cargo de Almeida Lima e nome do relator da outra representação

Processos contra Renan não serão unificados

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), resolveu ontem, em reunião do colegiado, recuar em sua decisão, tomada no dia anterior, de unificar as duas últimas representações (a terceira e a quarta) por quebra de decoro parlamentar contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, num único processo. Dessa forma, o senador Almeida Lima (PMDB-SE), que seria relator das duas representações unificadas, ficará somente com um dos processos e não mais com os dois, como se cogitou na segunda-feira.

– Amanhã [hoje] decido qual dos processos o senador Almeida Lima vai relatar e anuncio o nome do relator da outra representação – afirmou Quintanilha, no final da reunião, ao definir ainda um prazo preliminar de 30 dias para que os relatores apresentem parecer sobre os dois casos.

A terceira representação solicita investigação de denúncia de que Renan teria comprado, em parceria com o usineiro João Lyra, mas por meio de “laranjas” e sem declarar à Receita Federal, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas. Já a quarta pede investigação de denúncias de que o presidente do Senado e o lobista Luiz Garcia Coelho teriam montado um esquema para desviar recursos de ministérios comandados pelo PMDB.

A decisão de Quintanilha foi



Quintanilha (2º à dir.), ao lado de Aldemir e Tuma: prazo de 30 dias para os pareceres

adotada após uma tumultuada reunião de mais de três horas em que os membros do conselho, além de outros parlamentares, criticaram a iniciativa de unificar os processos. O presidente do conselho procurou explicar que sua opção pela unificação se baseara no Regimento Interno da Casa e no Código de Processo Civil, que possibilitam, segundo ele, a junção de matérias que guardam conexão.

– A decisão pela unificação foi embasada na conexão entre os fatos: o representado é o mesmo (Renan) e o objeto também – quebra de decoro parlamentar – justificou Quintanilha.

Almeida Lima

Mas os senadores rebateram as argumentações e foram duros nas críticas não só quanto à unificação dos processos, mas também em relação à escolha de Almeida Lima para relatá-los, já que o senador é do mesmo partido

de Renan e tem-se demonstrado favorável ao colega.

Renato Casagrande (PSB-ES) manifestou preocupação pelo fato de que a unificação das representações poderia gerar a nulidade dos processos. Para evitar a possibilidade desse desfecho, ele chegou a ameaçar interpor recurso no Supremo Tribunal Federal contra a decisão de Quintanilha.

Rodízio

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), criticou o fato de o conselho não ter ainda um regimento próprio para facilitar a tomada de decisões do colegiado. Ele sugeriu que os relatores dos processos por quebra de decoro sejam escolhidos por meio de rodízio e sorteio, com exclusão do nome daqueles que pertençam ao mesmo partido do representado.

Romeu Tuma (DEM-SP) afirmou que a unificação das matérias traria prejuízo às investigações de cada caso, separadamente, por se

tratarem de denúncias diferentes. Já o líder do DEM, José Agripino (RN), ameaçou recorrer ao Plenário caso Quintanilha insistisse na escolha de um senador do PMDB como relator de processo contra colega do mesmo partido. Para Marisa Serrano (PSDB-MS), o nome do relator teria de ser escolhido em reunião de líderes.

“Erosão”

Por sua vez, Jefferson Perés (PDT-AM) afirmou que a imagem do Senado está “em erosão” e Pedro Simon (PMDB-RS), embora tenha admitido ser favorável à unificação, disse que Quintanilha cometeu um equívoco ao decidir sozinho em vez de colocar a proposta em votação. Cristovam Buarque (PDT-DF), Demostenes Torres (DEM-GO), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) também pediram que Quintanilha voltasse atrás.

Almeida Lima concordou totalmente com o presidente do colegiado. Ele criticou os colegas, por terem, segundo disse, sugerido que seu relatório seria parcial.

– Quando imaginam que seerei parcial e adotarei a mesma postura do primeiro processo, já estão embutindo aí o seu sentido de parcialidade – afirmou o parlamentar, ao referir-se ao seu relatório pela absolvição de Renan no processo que investigava se o presidente do Senado teve parte de suas despesas pagas por um funcionário da Construtora Mendes Júnior.



Renan: “Como acusado nas representações, não me compete emitir opinião”

Deliberação do conselho deve ser respeitada, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu ontem que seja visto com naturalidade o rito processual adotado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Ele se referia à decisão – já alterada – do presidente do colegiado, Leomar Quintanilha, de designar o senador Almeida Lima para relatar duas representações que tramitam contra o presidente da Casa.

Questionado por jornalistas sobre a reação da opinião pública pelo fato de a relatoria dos processos estar nas mãos de um de seus aliados, Renan disse não ver motivos para preocupação.

– Nós tivemos 46 votos na absolvição. Fica difícil saber quem é o principal aliado ou quem é a vanguarda da oposição. Isso é um processo político; processo político é assim mesmo – afirmou.

O senador também refutou possíveis questionamentos sobre riscos à isenção do processo.

– Uma das petições foi assinada pelo Democratas e pelo PSDB. O inusual seria colocar uma dessas pessoas como relator, já que eles assinaram a própria petição. O importante é que o conselho se comporte com seriedade, levante o que precisar ser levantado, para que tenhamos um julgamento correto, como tivemos das outras vezes. Que cada um vote de acordo com sua consciência: a questão é política – ressaltou.

Renan afirmou ainda que, como acusado nas representações, não lhe compete emitir comentários sobre o que se passa no Conselho de Ética. O parlamentar lembrou que, na ocasião em que escolheram os senadores Renato Casagrande e Marisa Serrano para relatar uma das representações, ele também não quis se manifestar.

– É o presidente [do Conselho de Ética] quem escolhe, a competência é dele – frisou.

Exame do segundo processo é suspenso por 30 dias

O processo que apura se o presidente do Senado, Renan Calheiros, utilizou tráfico de influência para favorecer a cervejaria Schincariol está suspenso por 30 dias. A decisão foi tomada ontem, em reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por sugestão do relator da matéria, senador João Pedro (PT-AM).

Segundo o parlamentar, o prazo é necessário por três razões: aguardar resposta a um ofício enviado à Polícia Federal, solicitando informações sobre as investigações da chamada Operação Cevada, que apura a sonegação de impostos no setor de bebidas; aguardar as investigações da Câmara sobre o mesmo assunto, já que o caso envolve também o deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), irmão de Renan; e permitir a apresentação, no mesmo dia, de

relatório preliminar dos três processos que tramitam no conselho contra o presidente da Casa.

– Estamos sobrestando o relatório por 30 dias e não as investigações, pois estas continuam – afirmou João Pedro.

A representação contra o presidente do Senado, protocolada

pelo PSOL, solicita que seja investigada denúncia da revista *Veja* de que Renan teria intercedido a favor da Schincariol para quitar dívidas da cervejaria junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e à Receita Federal depois de a empresa ter pago R\$ 27 milhões por uma fábrica de

refrigerantes de Olavo Calheiros. Na matéria, a revista afirma que a fábrica estava prestes a fechar e não valia mais que R\$ 10 milhões e que as dívidas da Schincariol com os órgãos do governo eram de cerca de R\$ 100 milhões.

Ao adiar a apresentação do relatório da segunda representação contra Renan por 30 dias, Quintanilha fixou o mesmo prazo para finalização dos dois outros processos que tramitam no conselho. O terceiro processo investiga se Renan teria comprado, em parceria com João Lyra e por meio de “laranjas”, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas. Já a quarta representação solicita apuração de denúncias de que o senador e o lobista Luiz Garcia Coelho teriam montado um esquema de propinas para desviar recursos públicos.



Senadores do Conselho de Ética aguardam informações sobre investigações da Câmara

Geraldo Magela



Jarbas Vasconcelos relata projeto sobre afastamento de senadores

Jarbas: moralidade do Senado precisa ser resgatada

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) afirmou ontem que o Senado precisa votar imediatamente matérias que contribuam para a moralização da Casa, a exemplo do projeto de resolução que prevê o afastamento de senadores ocupantes de cargos na estrutura da instituição, em caso de processo por investigação de quebra de decoro parlamentar, do qual é relator.

De autoria de Delcídio Amaral (PT-MS), a matéria (PRS 37/07) deverá ser votada hoje pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Jarbas Vasconcelos apelou pela aprovação do projeto na CCJ e sua posterior análise em regime de urgência pelo Plenário.

Em aparte, Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou que apresentará emendas ao projeto, sob a alegação de que “existem aspectos na relatoria que precisam ser aprofundados”.

Afastamento

A proposta tramita em conjunto com o PRS 40/07, de João Durval Carneiro (PDT-BA). Em seu relatório, Jarbas optou pela aprovação do projeto de Delcídio, com emendas, e rejeição da proposta de João Durval. O texto final do parecer determina o afastamento preventivo de senador que seja membro da Mesa ou do Conselho de Ética, presidente de comissão e corregedor.

– São medidas como a extinção do voto fechado e a implantação da votação aberta que vão abrir o caminho para o Senado não se submeter aos vexames dos últimos meses – disse Jarbas, que defendeu a paralisação dos trabalhos enquanto não forem votadas as matérias que tramitam no Senado com esse teor.

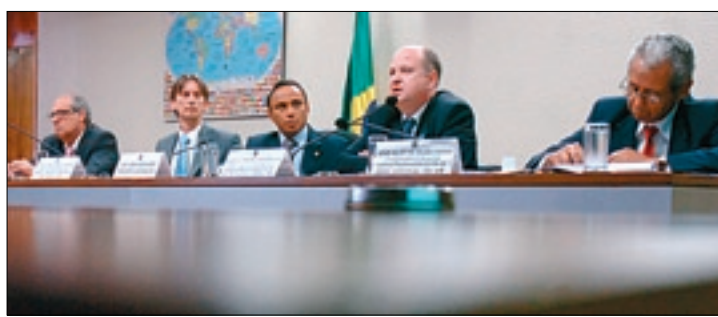
Especialista sugere debates e investimento em capacitação de recursos humanos, pesquisa e divulgação

Brasil poderá ter mais usinas nucleares

Em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) ontem, o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Odair Dias Gonçalves, afirmou que o país deverá ter de quatro a oito novas usinas nucleares até 2030, além de Angra 3. Os estudos para definir onde ficarão essas usinas ainda não serão iniciados.

Gonçalves, no entanto, advertiu que, para chegar a esse número, o país precisaria investir em capacitação de recursos humanos, pesquisa e divulgação, além de promover muitas discussões públicas sobre o assunto. Seria ainda necessário, na sua opinião, promover uma “revisão completa das áreas regulatórias de licenciamento e controle”.

Segundo Odair Gonçalves, a segurança das usinas nucleares vem aumentando cada vez mais, e essa matriz energética não contribui para agravar o efeito estufa, além de ser bem mais barata do que outras alternativas, como a energia eólica ou solar. Além disso,



Debate com Odair (E), Barros, Zimmermann e Vianna foi requerido por Sibá Machado (C)

observou, o Brasil é um dos países do mundo que mais dispõem de urânio, material imprescindível para o funcionamento de usinas nucleares. O especialista reconheceu que não há ainda uma solução definitiva para os rejeitos nucleares, mas lembrou que todas as atividades industriais produzem rejeitos.

Durante a audiência, realizada com o objetivo de discutir a viabilidade econômica e ambiental do uso de energia nuclear no Brasil, o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Márcio Pereira Zimmermann, afirmou que hoje o país trabalha “firmemente” para a retomada do programa de energia nuclear. Segundo ele, isso é reflexo de investimento em planejamento e visão estratégica por parte

do Estado brasileiro.

– Foi muito bom o Brasil ter retomado esse planejamento e deixar de ter medo de construir uma visão estratégica. Para se falar em segurança energética, é preciso ter uma estrutura de planejamento – disse.

Acidentes

Nem todos os especialistas presentes apoiaram a decisão do governo brasileiro de retomar o programa de energia nuclear. O diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Ruy de Góes Leite de Barros, ressaltou que a probabilidade de acidentes em usinas nucleares não é baixa e que os estragos são imensos.

Ruy Barros destacou que na Rússia, onde em 1986 ocorreu o pior acidente nuclear da história, na usina de Chernobyl, houve

necessidade de se isolar uma área de 30 quilômetros em torno do reator acidentado, e os países envolvidos chegaram a gastar cerca de 5% de seus produtos internos brutos visando remediar as consequências do acidente.

O coordenador de Relações Interinstitucionais do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, João Nildo de Souza Vianna, destacou o grande potencial do Brasil para gerar energia hidrelétrica e eólica e sugeriu uma associação entre esses dois tipos de energia como alternativa à nuclear.

O senador Sibá Machado (PT-AC), autor do requerimento para realização da audiência pública, afirmou ser preciso levar em conta as questões ambientais e sociais por trás de decisões importantes como a de investir em energia nuclear. Também é necessário considerar, disse, as ambições econômicas e de domínio tecnológico quando se discute o assunto, assim como identificar os proprietários dos meios de produção de cada matriz energética.



Gilvam Borges destaca cenário mundial favorável às exportações

País deve investir na produção de etanol, diz Gilvam

Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu a ampliação dos investimentos na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar no Brasil. Conforme o senador, além de um cenário mundial francamente favorável ao aumento das exportações, o álcool tem ainda várias vantagens em relação aos combustíveis fósseis, tais como baixo custo de produção e a redução das emissões de poluentes.

– Cada tonelada de gasolina substituída por etanol permite a redução de 2,82 toneladas de gás carbônico que seriam lançadas na atmosfera – ressaltou.



Problema energético do país irá se agravar, afirma Expedito

Expedito Júnior cobra leilão de hidrelétrica

Os apagões que atingiram o Espírito Santo e o Rio de Janeiro nos últimos dias foram blecautes praticamente anunciados, na avaliação do senador Expedito Júnior (PR-RO). Ele registrou que o problema energético brasileiro vai aumentar mais ainda depois que o governo federal anunciou o adiamento da data do leilão da hidrelétrica de Santo Antônio, uma das usinas projetadas no rio Madeira.

– Ora é o Ibama que atrapalha a obra, ora é o Ministério do Meio Ambiente – observou Expedito.

O desafio de expandir a capacidade elétrica sem poluir

A Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas discutiu ontem os desafios do setor elétrico do país no combate ao aquecimento global. Durante a audiência pública, os participantes ressaltaram a necessidade de o Brasil expandir sua capacidade elétrica, mas sem aumentar a emissão de gases poluentes.

Jerson Kelman, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), lembrou que – ao contrário do que ocorre em grandes potências industriais como Estados Unidos e China – no Brasil boa parte da emissão de carbono vem do setor de

transportes e da indústria, e que menos de 10% dessa emissão é responsabilidade do setor elétrico.

Kelman também criticou organizações não-governamentais que fazem pressão contra a construção de novos empreendimentos hidrelétricos.

– Apesar de todas as polêmicas, eu nunca vi ninguém questionando a necessidade

de o Brasil produzir mais energia – disse o diretor da Aneel, que citou números que mostram que 75% das emissões de carbono partem das queimadas de florestas.

O diretor do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, afirmou que o país possui uma “matriz energética saudável”, mas que a dependência da produção

hidrelétrica pode causar problemas em períodos de seca. Contra isso, ele propõe que se complemente essa produção com energia das usinas termelétricas.

O secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, citou recentes medidas do governo federal para incentivar o aumento da produção do setor.

Participaram da reunião os senadores Renato Casagrande (PSB-ES), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Cícero Lucena (PSDB-PB), João Ribeiro (PL-TO) e Euclydes Mello (PTB-AL).



Mendes Thame (E) e Eduardo Gomes (C), presidente da comissão, ouvem Jerson Kelman

Moreira Mariz

Geraldo Magela

Leopoldo Silva



Simon apela ao presidente Lula para que consulte a sociedade

Simon critica edição de MP para criar TV pública

Pedro Simon (PMDB-RS) criticou ontem a decisão do governo de criar uma TV pública no país por meio de medida provisória. Na opinião do senador, a proposta deveria ser apresentada na forma de projeto de lei. Ele fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que não crie um órgão de comunicação de tamanha importância sem antes debatê-lo com a sociedade.

Simon chamou a atenção para a importância do papel assumido pela televisão no Brasil. Uma proposta de criação da TV pública, observou, poderá significar “um marco profundo” capaz de modificar a realidade do país.

O parlamentar indagou sobre a urgência na criação da TV pública para justificar a iniciativa por meio de uma MP, “sem estudo, sem debate e sem a participação da sociedade”. Ele classificou a decisão do governo como “um escândalo”.

Desacordo

Simon recordou a tese defendida durante o Congresso Nacional do PT, realizado em setembro, de extinção do Senado Federal e reclamou do modo como a Casa vem sendo tratada pelo governo, para quem “o Senado só atrapalha”.

Em aparte, o líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), disse que a opção por medida provisória deve-se à rapidez com que será implantada a TV digital no país. Ele informou ainda que a nova emissora será resultado da fusão da TV Nacional com a TVA, sem a criação de cargos.

Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou os expedientes existentes na Casa para facilitar a tramitação de projetos importantes.

Projeto acolhido na Comissão de Educação prevê incentivos para ampliar o acesso aos livros

Bibliotecas podem ter fundo de apoio

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto de autoria do senador Neuto de Conto (PMDB-SC) que cria o Fundo Nacional de Apoio a Bibliotecas (Funab). A proposta será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Os recursos do fundo, explicou o relator, senador Marco Maciel (DEM-PE), serão constituídos por doações, legados, subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive organismos internacionais, bem como por reembolso de operações de empréstimos realizadas por meio do fundo e do resultado de aplicações em títulos públicos federais. De acordo com o autor, o Funab poderá contribuir para viabilizar as políticas previstas na Lei do Livro e da Leitura (Lei 10.753/03).

Para Maciel, a proposta



Em reunião presidida por Cristovam (E), senadores da CE apoiam medida para aumentar número de leitores

contribui para aumentar o número de leitores no país, uma vez que, apesar dos benefícios fiscais que visam baratear o preço dos livros, ainda existem muitas pessoas que não têm acesso a eles.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) concordou com Maciel e destacou que os livros ainda custam muito caro no Brasil e poucas

pessoas podem adquiri-los. Ela lembrou que, além dos esforços das escolas e da mídia para estimular o ato da leitura, é necessário que haja acesso aos livros.

Marco Maciel informou ainda que 15% dos municípios brasileiros não possuem bibliotecas e, mesmo nos que possuem, a consulta é priorizada para estudantes, o que de-

monstra, em sua opinião, a insuficiência de tais instrumentos culturais.

Neuto de Conto ressaltou que a proposta busca complementar a Lei do Livro, ao oferecer à sociedade brasileira mais acesso a obras literárias. O senador disse que concorda com Monteiro Lobato na afirmação “um país se faz com homens e livros”.

Aprovada mudança na lei de incentivo à cultura

O projeto que altera os percentuais de dedução do Imposto de Renda devido por empresas em benefício de programas de incentivo à cultura teve parecer aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). A proposição, que especifica a incidência de deduções sobre doações, bem como sobre patrocínios realizados pela empresa, será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa.

De acordo com o projeto (PLS 136/07), o limite para dedução será de 10% do imposto devido para as empresas que tiverem receita bruta inferior a R\$ 500 milhões no ano calendário anterior ao do ajuste com a Receita Federal. Já as empresas que tiveram receita bruta superior a esse valor, poderão abater até 4% do imposto devido.

As empresas tributadas com base no lucro real, estabelece a proposta, terão dedução do Imposto de

Renda conforme seu faturamento. As empresas com receita bruta menor que R\$ 36 milhões poderão deduzir 100% das doações e dos patrocínios. As com receita entre R\$ 36 milhões e R\$ 240 milhões poderão descontar 80% das doações e patrocínios; e para aquelas com receita entre R\$ 240 milhões e R\$ 480 milhões, a dedução será de 60%. A empresa com receita bruta superior a R\$ 480 milhões será permitido desconto de 40% das doações e 30% dos patrocínios.

Segundo o parecer do relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), lido na reunião da Comissão de Educação pela senadora Rosalba Ciarlini, a proposta contribuirá no sentido de aumentar os recursos para projetos culturais, uma vez que os patrocínios ou doações poderão ser oferecidos conforme a capacidade financeira da empresa. Demostenes lembra no texto que atualmente apenas as grandes

empresas concedem patrocínios culturais.

Homenagem

Na reunião de ontem, a CE também acolheu projeto da deputada Maria do Rosário (PT-RS) que altera o nome do aeroporto da cidade de Alegrete (RS) para Aeroporto de Alegrete/RS – Gaudêncio Machado Ramos (PLC 41/07). O senador Paulo Paim (PT-RS), relator da matéria, destacou que a homenagem a Gaudêncio é merecida, pois esse brasileiro prestou relevantes serviços à causa da aviação.

A comissão aprovou ainda projeto do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) que estabelece a data de 26 de setembro como o Dia Nacional dos Surdos (PLC 12/07). Segundo o autor, em 26 de setembro de 1857 foi criado o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, primeira escola para deficientes auditivos no Brasil. As duas propostas ainda serão examinadas em Plenário.

Fátima Cleide saúda os 93 anos de Porto Velho

Fátima Cleide (PT-RO) lembrou a passagem, ontem, do 93º aniversário de fundação de Porto Velho. Ela ressaltou que a capital de seu estado vive um momento de crescimento do emprego, da renda e da produção, e conta com um prefeito do PT que “foca a inclusão social”.

– Com apoio do governo Lula, foi enterado o tempo de não se investir em infra-estrutura – frisou.

Euclides homenageia Arnon de Mello

Euclides Mello (PTB-AL) homenageou o ex-senador Arnon de Mello, que completaria 96 anos em 19 de setembro. Governador de Alagoas e senador por três mandatos consecutivos – “eleito por maioria esmagadora” –, o homenageado fundou as organizações que levam seu nome, incluindo o jornal *Gazeta de Alagoas*, a *TV Gazeta*, uma gráfica e quatro rádios.

Senado lança livro durante feira em Belém

O lançamento do livro *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*, de Hércule Florence, integra as atrações do estande do Senado na 11ª Feira Pan-Amazônica do Livro, que teve início no sábado, em Belém. A Casa também disponibiliza ao público do evento mais de uma centena de títulos e uma exposição de documentos históricos, alguns de interesse nacional e outros de relevância regional.



Célio Azevedo

Paim cobra votação de regras para greve de servidor público

“País espera que a Casa cumpra suas funções”, diz Paim

“Não podemos mais pecar por omissão: o país precisa que esta Casa cumpra com suas funções”, disse ontem, da tribuna, o senador Paulo Paim (PT-RS), ao apelar à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para que delibere sobre o projeto de sua autoria que regulamenta o direito de greve dos servidores públicos. Ele destacou que a matéria tem parecer favorável do relator, Expedito Júnior (PR-RO), e está pronta para ser votada.

O senador lembrou que, muitas vezes, parlamentares ocupam as tribunas da Câmara e do Senado para reclamar que o Executivo e o Supremo Tribunal Federal “atropelam” o Congresso. Assinalou que isso não ocorreria se as duas Casas cumprissem com sua missão de discutir e aprovar leis em benefício da população e do país.

Suplicy propõe estímulo a casa de taipa

Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhará ao Ministério das Cidades artigo da escritora Ana Miranda e publicações dos arquitetos Sylvio Barros Sawaya e Cydno da Silveira sobre as qualidades da casa de taipa. O senador quer que os governos federal, estaduais e municipais, em seus programas habitacionais, estimulem esse tipo de construção.

Suplicy citou como vantagens da alternativa a economicidade, a facilidade de acesso aos materiais de construção, a racionalidade e a tradição advinda da cultura indígena.

Conforme emenda a projeto, setor poderá receber da União, em 2008, aporte adicional de R\$ 3,5 bi

Regulamentação de gastos com a saúde passa na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei complementar que visa regulamentar os percentuais mínimos de recursos a serem aplicados pela União, pelos estados, pelos municípios e pelo Distrito Federal em ações e serviços públicos de saúde, conforme a emenda à Constituição 29/00. O autor da iniciativa, senador Tião Viana (PT-AC), afirmou que a matéria “representa o PAC da Saúde”.

A votação da proposta (PLS 121/07) foi antecedida de discussão sobre o montante de dinheiro que será liberado pela União. O texto, defendido por Tião Viana e pela relatora na CAE, Patrícia Saboya (PSB-CE), previa que a União teria de destinar à saúde, a cada ano, no mínimo 10% de suas receitas correntes brutas. A sena-



J. Freitas

Viana (E), ao lado de Dornelles, diz que medida representa o PAC da Saúde

dora previu que haveria um aporte adicional, de imediato, da ordem de R\$ 20 bilhões.

Já Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Kátia Abreu (DEM-TO) apoiaram emenda apresentada por Francisco Dornelles (PP-RJ), que propõe a manutenção da atual forma de cálculo – a soma do montante empenhado no ano anterior mais a variação do produto interno bruto

(PIB). Segundo Dornelles, isso levaria a um adicional, em 2008, de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões. A emenda foi acolhida.

Ao defender a alteração, Kátia Abreu disse estar preocupada com a carga tributária e “o aumento indiscriminado com as receitas em qualquer área”. O projeto, que já havia sido aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai agora à Comissão de Assuntos Sociais.

Proposta coíbe má-fé na sustação de cheque

Projeto de lei que limita a possibilidade de os correntistas sustarem seus cheques recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O autor da proposta, senador Gerson Camata (PMDB-ES), ressaltou que seu objetivo é coibir a “devolução irregular de cheques assinados pelo emitente e imediatamente por ele mesmo sustados”, gerando prejuízos ao comércio.

A iniciativa (PLS 371/07), que altera a Lei do Cheque, teve como relator Cícero Lucena (PSDB-PB), que incorporou três emendas: duas dele próprio e uma de Valter Pereira (PMDB-MS).

O texto original determinava que a sustação somente poderia ser feita quando a pessoa que emitiu o cheque tivesse fundos para cobri-lo (o que preveniria eventual má-fé), com



Rosenvelt Pinheiro

Camata: “Devolução irregular de cheque prejudica comércio”

exceção dos casos de furto devidamente comprovado. Por meio de suas emendas, Lucena ampliou essa exceção, substituindo o furto devidamente comprovado por “fato tipificado como crime ou contravenção penal”.

Cícero Lucena estabeleceu na matéria outra exceção, reforçada pela emenda de Valter Pereira: o emitente poderá realizar a sustação quando a outra parte envolvida – quem recebeu o cheque – não

tiver cumprido a sua obrigação na transação. Dessa forma, argumentou, ficaria protegido o consumidor de boa-fé que emitiu o respectivo cheque.

Bloqueio

O texto original previa ainda o bloqueio do valor em questão na conta corrente do emissor do cheque até que fosse concluída a análise do pedido de sustação. Uma das emendas de Lucena, porém, fixa um prazo máximo de 90 dias para o bloqueio, além de assegurar uma remuneração equivalente à da caderneta de poupança para o emissor.

O projeto de Gerson Camata será encaminhado agora à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. Se aprovado pelo colegiado, poderá ser enviado logo à deliberação da Câmara dos Deputados.

Comissão vota dia 9 pregão eletrônico

A proposta que amplia o uso do pregão eletrônico em licitações será o único item da pauta da próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 9. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da comissão, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), depois de novo adiamento da votação da matéria.

Mercadante explicou que a proposta não seria votada ontem porque o relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), participava naquele momento da reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

– Na próxima terça-feira, com ou sem a presença do relator, vamos discutir, votar as emendas e concluir sua votação – afirmou Mercadante.

Aprovada programação monetária

A programação monetária do terceiro trimestre deste ano, elaborada pelo Banco Central, foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. Antonio Carlos Júnior, que atuou como relator, disse que o assunto estava vencido e propôs sua aprovação por mera formalidade.

A CAE aprovou ainda requerimento de Expedito Júnior (PR-RO) para realização de audiência pública visando discutir a CPMF, com a presença do ministro da Fazenda, Guido Mantega. Também foi acolhido requerimento de Kátia Abreu solicitando o encaminhamento à CAE, pelo BC, dos relatórios sobre a inflação e das atas das reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom).

Viana: fidelidade é competência do Legislativo

Tião Viana (PT-AC) lamentou em Plenário o fato de a omissão do Legislativo em relação à fidelidade partidária levar o Supremo Tribunal Federal (STF) a decidir, hoje, a quem pertence o mandato: se ao partido ou ao parlamentar. Na opinião do senador, essa seria uma matéria de competência exclusiva do Parlamento.

– Preocupa-me muito que o Poder Legislativo esteja propiciando, por descaso ou por omissão, que outro Poder decida sobre algo que compete ao Legislativo – frisou.

Tião Viana reclamou do adiamento da reforma política que mostra, a seu ver, o descompasso existente entre os parlamentares e a sociedade.

Democracia

Ao analisar o desdobramento prático da fidelidade partidária, o senador ponderou que a democracia representativa só desempenha de modo adequado seu papel com “partidos políticos autênticos”.

Viana recordou a conquista da civilização ocidental contra o absolutismo, por meio de formas inovadoras de organização política da sociedade. Mencionou o ideário da Revolução Francesa, inspirado em filósofos iluministas como Rousseau, Montesquieu e Voltaire – esses seguindo as teses liberais de John Locke –, que redundou na idéia de República e em uma sociedade de cidadãos e não mais de súditos sobmissos à vontade do soberano.

– Não há democracia sólida sem partidos políticos fortes. Não há como pretender partidos políticos de reconhecida autenticidade, verdadeiramente representativos, se não estiverem sustentados em um ideário claramente definido, a balizar atitudes e comportamentos dos que a eles se filiam – asseverou Viana, que recebeu apoio, em apartes, dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM), João Pedro (PT-AM), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Eduardo Suplicy (SP) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

Destaque aos 50 anos da Revolta dos Posseiros

Ao registrar a passagem dos 50 anos do levante rural ocorrido em outubro de 1957 no sudoeste paranaense, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a Revolta dos Posseiros, como ficou conhecido, foi o primeiro movimento social relativo à luta pela terra que obteve êxito no Brasil contemporâneo. O cinquentenário do levante foi lembrado na hora do expediente de ontem, a partir de requerimento do próprio senador. A Mesa foi integrada pelo representante do governo do Paraná, Nivaldo Krieger, e por prefeitos de municípios do sudoeste do estado.

A revolta, que incluiu a tomada da cidade de Francisco Beltrão, eclodiu em 10 de outubro de 1957, em virtude da distribuição de terras pelo governo a companhias colonizadoras. A iniciativa deixou insatisfeitos residentes locais que, embora fossem donos legítimos dos terrenos, não dispunham das escrituras das propriedades.

– Lamentavelmente, a revolta é de pouco alcance público, se considerada a envergadura histórica do movimento. Uma seqüência de lutas, de dor e de posturas heróicas moldura um dos movimentos sociais da segunda metade do século de maior impacto na vida nacional – avaliou Alvaro Dias.

“Luta justa”

O presidente do Senado, Renan Calheiros, salientou que os protagonistas tiveram forças para levar adiante o movimento pois se encontravam “revestidos da sincera convicção de estar combatendo uma luta justa”. Para Renan, “campo e cidade se irmanaram na luta” contra empresas exploradoras.

– Aqueles colonos foram vítimas da cobiça desenfreada de uns poucos empresários, travestidos de colonizadores, que levaram a violência ao extremo inaceitável do assassinato e do estupro. Os colonos reagiram contra a barbárie instalada – disse Renan.

O senador Flávio Arns (PT-PR) enfatizou que o episódio ocorrido no Paraná é “exemplo único de vitória” de uma revolta popular no Brasil.

– Foi mais do que uma disputa por terras: significa a resistência ao uso abusivo da força. Simboliza a reação do povo à opressão – afirmou Arns, ao observar que a revolta acarretou, possivelmente, “a maior reforma agrária já ocorrida no Brasil, fundamental para que o sudoeste [do Paraná] começasse a se desenvolver”.



Levante rural é lembrado a pedido de Alvaro (E) e visto por Flávio Arns como “a resistência ao colonialismo”

Homenagem ao Dia Internacional do Idoso

O Brasil será o sexto país no mundo com o maior número de pessoas idosas nos próximos 20 anos. A informação foi dada pelo senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, e pela deputada Rebeca Garcia (PP-AM) na justificativa que apresentaram para propor a realização, ontem, da sessão solene do Congresso, destinada a comemorar o Dia Internacional do Idoso. A data é celebrada no dia 1º de outubro.

A sessão foi dirigida pelo presidente do

Senado, Renan Calheiros, e a Mesa integrada pelas senadoras Serys Slhessarenko (PT-MT) e Patrícia Saboya (PSB-CE), Virgílio, Rebeca e Perly Cipriano, do Conselho Nacional dos Idosos. Na abertura,

o Coral dos Cinquentões da Universidade de Brasília (UnB) cantou o Hino Nacional e, em seguida, *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira.

O país tem hoje 14,5 milhões de idosos, que representam 8,6% de sua população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no censo de 2000. De acordo com o IBGE, em uma década, o número de idosos no país cresceu 17%.



Coral dos Cinquentões da Universidade de Brasília participa da sessão solene do Congresso

SERYS SLHESSARENKO

Violência praticada pela própria família

De acordo com Serys Slhessarenko, ainda há violência e discriminação contra os idosos, inclusive praticada por membros das próprias famílias. Ela condenou o abandono de idosos em instituições e pediu que os jovens aproveitem a experiência de vida de seus familiares mais velhos.

A senadora disse que o Estatuto do Idoso foi um marco no combate à discriminação dessa população, mas frisou que o país ainda precisa aprimorar suas políticas públicas para assegurar melhores condições no atendimento médico aos mais velhos.

ARTHUR VIRGÍLIO

Ideal seria não precisar de leis

Para Arthur Virgílio, o ideal será o momento em que a sociedade garanta os direitos do idoso sem necessidade de recorrer a leis e códigos.

Ele ressaltou que, à exceção da sanção do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), não há notícias de programas efetivos de conteúdo educativo, informativo, artístico e cultural para dar dignidade ao processo de envelhecimento da população.

RENAN CALHEIROS

Projetos beneficiam população idosa

Renan Calheiros destacou que, depois da aprovação do Estatuto do Idoso, o Senado mantém em sua pauta de trabalho várias propostas de emenda à Constituição e projetos de lei voltados para a defesa dos interesses da terceira idade.

O presidente do Senado mencionou a PEC 29/05, de autoria do então senador Sérgio Cabral, que dá preferência aos idosos no recebimento de precatórios, e o PLS 106/06, de Arthur Virgílio, que autoriza a dedução, no Imposto de Renda, das taxas condominiais pagas por idosos.

FLÁVIO ARNS

Desrespeito na sociedade

Pesquisa da Fundação Perseu Abramo realizada em 2006 mostrou que 35% dos idosos brasileiros já sofreram ou sofrem algum tipo de violência. A afirmação foi feita pelo senador Flávio Arns (PT-PR), ao informar ainda que a pesquisa registrou que os idosos revelaram ter sido vítimas de desrespeito praticado por agentes públicos, em hospitais, mercados e, principalmente, no transporte público.

PAULO PAIM

Discriminação dos planos de saúde

Autor do projeto de lei que resultou no Estatuto do Idoso, o senador Paulo Paim (PT-RS) denunciou o tratamento discriminatório dos planos de saúde em relação às pessoas idosas. As empresas do setor, apontou ele, chegam a cobrar mais que o dobro quando um idoso deseja fazer um plano de saúde.

Paulo Paim acrescentou que é necessário educar os jovens para a proteção e o respeito aos idosos. Na opinião do senador, todos têm o dever de prevenir a ameaça da violação dos direitos do idoso.

LÚCIA VÂNIA

Política pública na terceira idade

O Brasil precisa se preparar para atender a uma crescente população de pessoas com mais de 60 anos, assinalou a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

– Temos o Estatuto do Idoso, que já é bem conhecido da sociedade. Mas é preciso também que tenhamos conhecimento da Lei Nacional do Idoso, que orienta as políticas públicas nos diversos ministérios para a especificidade da terceira idade – sugeriu.

CÍCERO LUCENA

Mais carinho e atenção de todos

Na avaliação de Cícero Lucena (PSDB-PB), os parlamentares que discursaram durante a homenagem de ontem aos idosos comemoraram os avanços e as conquistas alcançadas, mas todos ressaltaram que “muito ainda precisa ser feito”. Ele sugeriu que os brasileiros “empenhem mais carinho, atenção e coloquem a alma” ao aplicar o Estatuto do Idoso.

– O Dia do Idoso é no mês de outubro, assim como o Dia da Criança, porque eles só precisam da nossa atenção e do nosso carinho – destacou.

MÃO SANTA

Reajuste para os aposentados

Na homenagem ao Dia Internacional do Idoso, Mão Santa (PMDB-PI) pediu que o Congresso Nacional aprove o projeto de lei do senador Paulo Paim que reajusta os benefícios pagos aos aposentados.

– Congresso, sirva ao povo do nosso país e aprove o projeto que tem apoio de um documento assinado por 1,2 milhão de cidadãos. Se este Congresso não atender ao povo, não está atendendo à democracia – pediu.